

ENQUANTO COMUNIDADES VIZINHAS CONTINUAM NA MISÉRIA

CARGA CHINESA REBENTA PORTO DE QUELIMANE

PÁG: 09

MDM NEGA INTENÇÃO DE COMPRAR MEMBROS DO ANAMOLA

"Se tivesse dinheiro não comeria rabinhos de galinha"

“...Eu apoiava Venâncio Mondlane, trabalhei com ele desde a primeira legislatura na bancada parlamentar do MDM, mas sofri muitas represálias e fui me esconder na África do Sul, perdi quase tudo, por acaso, tinha três empregos e fui ficar na África do Sul, por muitos anos”, recorda Siteo.

PÁG: 04



RECENSEAMENTO 2027

INE enfrenta déficit bilionário para o V Censo

PÁG: 08

P U B L I C I D A D E

QUEM TEM TMCEL
tem mais diversão

Termos e condições aplicáveis

4-5G

CHAMADAS E SMS ILIMITADAS PARA TODAS AS REDES

21GB

VÁLIDOS POR 30 DIAS

POR APENAS 600MT

tmcel

BANCO CENTRAL ESCLARECE FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE 2016

Banco de Moçambique defende intervenção no Moza Banco como último recurso



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290

O Banco de Moçambique reafirmou, através de um comunicado oficial a que o Jornal Visão Moçambique teve acesso, que a intervenção realizada no Moza Banco, em 2016, constituiu uma medida de último recurso, adoptada perante a incapacidade dos accionistas de recapitalizarem a instituição financeira e garantirem a sua estabilidade operacional.

O posicionamento do regulador surge em resposta à reacção da Moçambique Capitais aos pronunciamentos do Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, efectuados no passado dia 29 de Julho. No documento, o Banco Central procura esclarecer as circunstâncias que conduziram à intervenção, reiterando que a decisão foi tomada no estrito cumprimento do seu mandato de supervisão e preservação da estabilidade do sistema financeiro nacional.

Segundo o comunicado, à data da intervenção o Moza Banco enfrentava uma situação financeira e prudencial considerada extremamente grave, não reunindo as condições mínimas exigidas para continuar a exercer a sua actividade bancária de forma regular e segura. O regulador sustenta que os indicadores então existentes evidenciavam uma deterioração significativa da instituição, colocando em risco os interesses dos depositantes, investidores e demais intervenientes do sistema financeiro. “À data da intervenção, o Moza Banco apresentava uma situação financeira e prudencial gravemente deteriorada, sem condições mínimas para prosseguir regularmente com a sua actividade. Em Setembro de 2016, os fundos próprios apresentavam um saldo negativo de 24,9 mil milhões de meticaís, enquanto o rácio de solvabilidade se situava em -100,21 %, indicadores que evidenciavam uma situação de insuficiência de liquidez e de insolvência. A instituição registou, igualmente, incumprimento do rácio de cobertura do imobilizado, na ordem de -808,02 %, défice substancial de Reservas Obrigatórias acima de 22 mil milhões de meticaís, em moeda nacional, e acima de 58 milhões de



dólares, em moeda estrangeira, rácio de crédito em incumprimento de 9,05 % e resultado líquido do exercício de -2,4 mil milhões de meticaís”.

O comunicado esclarece ainda que a situação económico-financeira do Moza Banco continuou a deteriorar-se, e a 30 de Setembro de 2016 o resultado líquido da compensação registou perdas na ordem de 164 milhões de meticaís, elevando o acumulado mensal para cerca de 1,5 mil milhões de meticaís, e o Moza Banco mostrou-se incapaz de honrar com as suas responsabilidades com o pagamento de cheques e outros instrumentos de pagamento de seus clientes na compensação

De acordo com o Banco de Moçambique, antes da adopção da medida foram esgotadas as alternativas previstas na legislação, tendo sido concedidas oportunidades aos accionistas para procederem à recapitalização da instituição. Contudo, perante a incapacidade de mobilizar os recursos necessários para resta-

belecer os níveis de solvabilidade exigidos, a autoridade de supervisão considerou inevitável avançar com a intervenção.

O comunicado sublinha que a actuação do Banco Central teve como principal objectivo salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro nacional, proteger os depósitos dos clientes e evitar que as dificuldades do Moza Banco produzissem efeitos negativos sobre outras instituições bancárias e sobre a confiança do público no sector financeiro moçambicano.

A reacção do regulador surge num momento em que o debate em torno da intervenção de 2016 volta a ganhar relevância pública, após declarações do Governador Rogério Zandamela e da posição assumida pela Moçambique Capitais. O Banco de Moçambique insiste que todas as decisões foram tomadas com base em critérios técnicos, prudenciais e legais, rejeitando interpretações que coloquem em causa a legitimidade da actuação da autoridade supervisora.

Especialistas em regulação financeira observam que a intervenção em instituições bancárias representa uma das medidas mais severas ao dispor dos bancos centrais, sendo normalmente utilizada apenas quando se conclui que a continuidade da instituição coloca em risco a estabilidade do sistema financeiro ou os interesses dos depositantes. Nestes casos, a legislação confere ao regulador poderes para adoptar medidas extraordinárias destinadas a assegurar a continuidade dos serviços essenciais e preservar a confiança no sector.

Com este esclarecimento, o Banco de Moçambique procura reforçar a narrativa de que a intervenção no Moza Banco não resultou de uma decisão discricionária, mas sim da incapacidade dos accionistas em assegurar a recapitalização necessária para recuperar a instituição, num contexto de grave deterioração financeira e prudencial.

COMAL RESOLVE 87,4% DOS CONFLITOS LABORAIS

Governo aposta no diálogo social para prevenir conflitos e proteger os direitos dos trabalhadores



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290

A Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral (COMAL) alcançou resultados considerados expressivos na promoção da paz laboral em Moçambique durante o primeiro semestre de 2026, ao resolver 87,4% dos conflitos submetidos à mediação e arbitragem. O desempenho da instituição permitiu a reintegração de 251 trabalhadores aos seus postos de trabalho e garantiu o pagamento de mais de 131 milhões de meticais em indemnizações, reforçando a protecção dos direitos laborais e a estabilidade nas relações entre empregadores e trabalhadores.

Os dados foram apresentados durante a XVI Reunião Nacional da COMAL, encontro que reuniu dirigentes e especialistas do sector laboral para avaliar o desempenho da instituição e definir estratégias destinadas a consolidar mecanismos de prevenção e resolução de conflitos de trabalho em todo o país.

Na ocasião, a Ministra do Trabalho, Género e Acção Social, Ivete Alane, destacou que a paz laboral constitui um dos principais pilares para a estabilidade económica e social de Moçambique. Segundo a governante, relações laborais harmoniosas não apenas evitam greves e paralisações, mas também preservam postos de trabalho, estimulam a confiança dos investidores e contribuem para o crescimento sustentável da economia nacional.

A ministra sublinhou que a construção de um ambiente laboral saudável depende do diálogo permanente, do respeito rigoroso pela le-



gislação laboral e da confiança mútua entre trabalhadores e empregadores. Para Ivete Alane, estes princípios devem orientar todas as instituições responsáveis pela mediação de conflitos, garantindo soluções equilibradas e juridicamente sustentáveis.

Durante a reunião, foi igualmente defendido o reforço da negociação colectiva como instrumento privilegiado para prevenir litígios laborais antes que estes evoluam para processos judiciais ou paralisações das actividades produtivas. A governante enfatizou que uma cultura de diálogo fortalece as empresas, protege os direitos dos trabalhadores e melhora o ambiente de negócios.

Outro aspecto considerado prioritário é a expansão dos serviços de mediação e arbitragem para mais cidadãos, tornando-os mais próxi-

mos, céleres, eficazes e acessíveis. O Governo entende que uma resposta rápida aos conflitos laborais reduz os impactos económicos e sociais decorrentes de disputas prolongadas entre empregadores e trabalhadores.

Do ponto de vista analítico, os resultados alcançados pela COMAL demonstram um fortalecimento dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos, permitindo soluções consensuais que evitam processos judiciais demorados e onerosos. A elevada taxa de acordos evidencia igualmente uma crescente confiança das partes nos mecanismos institucionais de mediação e arbitragem.

Especialistas consideram que a reintegração de trabalhadores e o pagamento de indemnizações representam indicadores relevantes da eficácia da instituição, na

medida em que contribuem para restaurar direitos, reduzir tensões laborais e assegurar maior previsibilidade nas relações de trabalho.

Num contexto em que Moçambique procura atrair investimento privado e aumentar a competitividade da sua economia, a estabilidade laboral assume importância estratégica. A existência de mecanismos eficazes de resolução de conflitos transmite maior segurança jurídica aos investidores e fortalece a confiança no mercado de trabalho nacional.

Com estes resultados, a COMAL reafirma o seu papel como instituição essencial na promoção da justiça laboral, do diálogo social e da paz nas relações de trabalho, contribuindo para um ambiente económico mais estável, inclusivo e favorável ao desenvolvimento sustentável do país.

VOCÊ também pode SORRIR assim

A sua confiança começa no seu sorriso

Chega de esconder os seus dentes

O sorriso que você merece está a um passo

250 MT

Maputo | WhatsApp: 827 290 685

VOCÊ também pode SORRIR assim

Chega de esconder os seus dentes

Volte a sorrir sem vergonha

A sua confiança começa no seu sorriso

O sorriso que você merece está a um passo

Maputo | WhatsApp: 827 290 685

Smokers' TOOTHKASTE

GETIRIO DE TORRISCO (MOKKALIS)

NET:103g

TOOTHKASTE

COONEL TORRISCO

CLINICAL

Smokers' TOOTHKASTE

GETIRIO DE TORRISCO (MOKKALIS)

NET:103g

TOOTHKASTE

COONEL TORRISCO

CLINICAL

MDM NEGA INTENÇÃO DE COMPRAR MEMBROS DO ANAMOLA

“Se tivesse dinheiro não comeria rabinhos de galinha”



POR: DÁVIO DAVID

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290

O membro do partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Acrísio Siteo, pivot principal da polémica sobre a “compra de consciência” dos membros do ANAMOLA na vizinha África do Sul, veio publicamente negar tudo, jurando levar uma vida simples e humilde na terra do rand. Paralelamente, a direção máxima do partido, Luterio Simango, igualmente nega qualquer orientação do partido para “comprar” qualquer membro de partido da oposição, afirmando que único adversário do partido do galo, é o partido Frelimo, que segundo entende, está a governar mal, o país.

O dono da voz no áudio de 37 minutos, de pura mobilização aos membros do ANAMOLA, Acrísio Siteo, agora opta pela negação total do teor da conversa.

Falando nesta semana, no programa do Show do Fred, Acrísio Siteo, veio publicamente explicar na primeira pessoa, os contornos das cenas de violência e intolerância política, perpetuada contra membros do partido MDM, pelos membros do ANAMOLA, no último sábado em Joanesburgo.

O ENVAGELHO DA NEGAÇÃO

Siteo começou por clarificar que embora tenha cartão do ANAMOLA, nunca foi membro efetivo do partido, somente amigo pessoal do Venâncio Mondlane.

Mas diz que já não tem tanta certeza que continua sendo amigo pessoal de Venâncio Mondlane, porque segundo ele, trabalharam juntos, desde a primeira legislatura de Mondlane, na Assembleia da República, mas foi descartado e traído por VM7.

“Eu apoiava Venâncio Mondlane, trabalhei com ele desde a primeira legislatura na bancada parlamentar do MDM, mas sofri muitas represálias e fui me esconder na África do Sul, perdi quase tudo, por acaso, tinha três empregos e fui ficar na África do Sul, por muitos anos”, recorda Siteo.

Mais tarde, prossegue Siteo, foi “repescado” por Venâncio Mondlane, quando ele saiu da Renamo para CAD,



altura que foi convidado para ser seu coordenador geral, na África do Sul.

“Aceitei o convite e fiz muito bem, o meu trabalho para ele estar onde está hoje, mas lá está, somente fui muito usado, e decidi voltar para o MDM”.

“ESTAVA A COMER RABINHOS DE GALINHA NA RSA”

Questionado sobre o que teria realmente ocorrido no fatídico dia em

que membros do ANAMOLA violentaram fisicamente membros do MDM e destruíram material de propaganda política na África do Sul, Acrísio aponta o dedo acusador aos membros do ANAMOLA, apelidando os de intolerantes políticos, violentos e rancorosos.



Acrísio Siteo recorda que no dia das escaramuças, era dia de lançamento de uma actividade política do MDM, em Joanesburgo.

“Alugamos um salão e preparamos quase tudo. Quando eram 14h:30, tive um pressentimento de não viajar, liguei para a Secretária Geral do MDM, a informar que tinha assuntos pendentes e às 15h, ligou-me um senhor que juntamente com mais outros 5, faziam parte do ANAMOLA, mas agora, estão comigo no MDM. Eu não levei ninguém do ANAMOLA para o MDM, eles seguem pessoas conscientes (...) e foram os próprios membros do ANAMOLA que me ligaram a avisar para eu sair do local onde me encontrava, porque tenho infiltrados em todos partidos, isto é, política. Avisaram-me que alguns anamolitas vinham para estragar o evento”, acrescentou Siteo.

Por fim, a fonte que temos vindo a citar, junta que quando telefonou para “Lolita (a jovem do MDM que aparece no vídeo a ser maltratada), quem atendeu foi um membro do ANAMOLA,

a ameaçar-lhe queimar com gasolina.

Acrísio diz ainda estar desiludido e traumatizado com os membros do ANAMOLA, pelo facto de acreditar que a luta política, não deve ser feita, entre os membros dos partidos da oposição, mas sim contra o partido Frelimo, que na sua óptica está a criar distúrbios ao povo moçambicano.

Ademais Acrísio justifica sua negação na compra de consciência, alegando não ter capital sequer para custear seus próprios caprichos, quando mais pagar, 450 a um milhão de meticais e um passaporte diplomático.

“Primeiro me difamaram a dizer que estou a pagar membros do ANAMOLA com 450 mil a um milhão de meticais. Isso foi uma ofensa terrível para mim, porque quando eu recebi essa mensagem estava a comer rabinhos de galinha, e a tomar uma cerveja paga pelos meus amigos”.

“NOSSO FOCO É VENCER A FRE-

LIMO”

Por seu turno, o Presidente do MDM, Lutero Simango, também veio ao público, negar categoricamente haver qualquer orientação da direção do partido para “comprar membros de partidos da oposição”.

Numa conferência bastante concorrida Simango condenou veementemente a intolerância política dos membros do ANAMOLA na África do Sul contra actividade política do MDM.

Simango criticou ainda ao que chamou de campanha de difamação e notícias falsas vinculadas pela imprensa e redes sociais sobre compra de consciência de membros do ANAMOLA.

“Tenho acompanhado pessoalmente, nas redes sociais e em certos jornais da praça, as fake news, calúnia, campanha de difamação de que a direção do MDM, compra os membros de um certo partido político, estou aqui, a dizer publicamente que é mentira, nunca compramos nenhum membro, seja do ANAMOLA, da Renamo ou do PODEMOS,

muito menos, garantimos passaportes diplomáticos”, disse Lutero Simango.

Para Lutero Simango, o adversário político do MDM é o partido Frelimo, deixando transparecer que essas campanhas só beneficiam o partido no poder.

“A pergunta é: quem ganha com essa campanha de difamação? Nós como MDM, reiteramos o nosso princípio de não fazer oposição a oposição, temos o nosso foco, o nosso adversário é o partido Frelimo, quem está a governar mal é o partido Frelimo. As pessoas que estão a lançar pedras ao MDM estão a perder o seu tempo, nós já estamos a mobilizar o povo moçambicano para as mudanças na República de Moçambique”, sentenciou Lutero Simango.

Refira-se que a direção do ANAMOLA já emitiu um comunicado de imprensa informando a abertura de uma investigação interna do incidente de Joanesburgo, condenando actos de violência e intolerância política contra membros de partidos da oposição.

ANAPRO denuncia notificação do GCCC contra Professor por alegada falta de Fundamentação Processual



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



A Associação Nacional dos Professores (ANAPRO) manifestou preocupação na sequência de uma notificação emitida pelo Ministério Público, através do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), alegando que o documento não apresenta elementos suficientes que permitam compreender o objecto da diligência ou a qualidade processual em que o seu representante foi chamado.

De acordo com informações tornadas públicas pela associação, a notificação refere-se ao Processo n.º 22/11/PGCCC/2026 e limita-se a indicar

que “fica notificado o representante da Associação Nacional dos Professores, contactável através do número 829811780, disponível no WhatsApp”, sem, segundo a organização, especificar os factos sob investigação, a matéria em causa ou a condição em que o notificado intervém no processo.

A direcção da associação considera que a ausência de informação detalhada suscita dúvidas quanto ao cumprimento dos princípios da transparência e das garantias processuais, defendendo que qualquer cidadão ou representante institucional tem o direito de conhecer, de forma clara, os fundamentos essenciais de uma notificação emitida por uma autoridade judicial, nos termos da legislação moçambicana.

Juristas ouvidos pelo Jornal Visão Moçambique explicam que, embora determinados actos processuais possam permanecer sob sigilo durante a fase de investigação, as notificações devem identificar, de forma suficiente, a diligência pretendida e permitir ao destinatário compreender o motivo da sua convocação, salvaguardando simultaneamente os interesses da investigação.

O caso levanta igualmente questões sobre o equilíbrio entre a eficácia do combate à corrupção e a observância das garantias fundamentais dos cidadãos e das organizações da sociedade civil. Especialistas defendem que a credibilidade das instituições de justiça depende não apenas da firmeza na investigação de eventuais ilícitos,

mas também do rigor e da legalidade dos procedimentos adoptados.

Até ao fecho desta edição, o Ministério Público, através do Gabinete Central de Combate à Corrupção, não tornou pública qualquer explicação adicional sobre o conteúdo do Processo n.º 22/11/PGCCC/2026, nem esclareceu a razão da notificação dirigida ao representante da Associação Nacional dos Professores ANAPRO.

Entretanto Jornal Visão Moçambique continuará a acompanhar este processo e procurará obter o posicionamento oficial do Ministério Público, bem como da Associação Nacional dos Professores, em respeito ao princípio do contraditório e ao interesse público.

ACESSO À TERRA E INCLUSÃO JUVENIL

Mecula entrega 50 Talhões para jovens e reforça compromisso com habitação digna



POR JOSÉ BENTO

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290

O Governo Distrital de Mecula, na província do Niassa, procedeu à entrega de 50 talhões a jovens que necessitam de espaço para a construção das suas habitações, numa iniciativa enquadrada nas políticas públicas de promoção do acesso à terra e fortalecimento da inclusão social. O acto, realizado no Bairro da Junta, na sede da Localidade de Mecula, foi presidido pelo Administrador do Distrito, José Sulmide, que apelou aos beneficiários para transformarem os terrenos recebidos em espaços de esperança, produção e desenvolvimento sustentável.

A cerimónia reuniu membros do Governo Distrital, líderes comunitários, técnicos da administração, convidados e dezenas de jovens beneficiários, num ambiente marcado pelo simbolismo de uma medida que procura responder ao crescente desafio do acesso à terra para fins habitacionais.

Na sua intervenção, José Sulmide afirmou que os talhões representam mais do que simples parcelas de terreno, constituindo uma oportunidade para que a juventude participe activamente na transformação económica e social das suas comunidades.



“A entrega dos talhões, no âmbito da iniciativa presidencial, simboliza o compromisso do Estado moçambicano em promover a inclusão social, o acesso à terra e a criação de oportunidades para que a juventude seja protagonista do desenvolvimento do país”, declarou.

O administrador incentivou os jovens a utilizarem os terrenos de for-

ma responsável, transformando-os em espaços destinados à construção de habitações condignas, ao desenvolvimento de actividades produtivas e à melhoria das condições de vida das suas famílias. Defendeu igualmente o cumprimento rigoroso da legislação sobre o uso e aproveitamento da terra, bem como a preservação do meio ambiente, sublinhando que o crescimento urbano deve ocor-

rer de forma ordenada e sustentável.

A iniciativa enquadra-se nas políticas governamentais de promoção do acesso à terra, particularmente para os jovens, considerados um dos principais motores do desenvolvimento nacional. Especialistas defendem que a disponibilização de terrenos legalizados contribui para reduzir conflitos

fundiários, estimular o investimento familiar e impulsionar a economia local através da construção de habitações e do desenvolvimento de pequenos projectos produtivos.

Durante o evento, os beneficiários manifestaram satisfação pela atribuição dos talhões, agradecendo ao Governo pela oportunidade e comprometendo-se a iniciar, nos próximos dias, a construção das primeiras residências. Para muitos jovens, a iniciativa representa a concretização de um sonho antigo e um passo importante rumo à autonomia patrimonial e estabilidade familiar.

A entrega dos 50 talhões em Mecula reforça o compromisso das autoridades distritais com a implementação das políticas públicas de inclusão da juventude, desenvolvimento territorial e promoção do direito à habitação, num contexto em que o acesso à terra continua a ser um dos principais desafios para milhares de jovens moçambicanos. A expectativa é que a iniciativa contribua para o ordenamento urbano, a valorização dos espaços comunitários e a dinamização do desenvolvimento socioeconómico no distrito.

RECENSEAMENTO 2027

INE enfrenta déficit bilionário para o V Censo



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



O Instituto Nacional de Estatística (INE) enfrenta um dos maiores desafios financeiros da preparação do V Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), previsto para 2027. A instituição ainda não dispõe da totalidade dos recursos necessários para realizar a maior operação estatística do país, um processo considerado estratégico para o planeamento do desenvolvimento nacional, a definição de políticas públicas e a distribuição de recursos do Estado.

De acordo com dados apresentados pela presidente do INE, Eliza Mónica Magaua, o recenseamento exigirá um

investimento global estimado em cerca de 7,17 mil milhões de meticaís. Contudo, até ao momento, apenas 60 por cento do financiamento necessário está assegurado, permanecendo um défice significativo que poderá comprometer o calendário e a execução plena da operação caso não sejam mobilizados novos recursos financeiros.

A revelação foi feita durante a cerimónia de lançamento do Censo Piloto, realizada no distrito de Magude, província de Maputo. Esta fase preparatória representa um ensaio geral destinado a testar os instrumentos de recolha de dados, os sistemas tecnológicos, a logística operacional e os procedimentos metodológicos que serão aplicados no recenseamento nacional.

Segundo o INE, o Censo Piloto absorverá um investimento de aproximadamente 27,5 milhões de meticaís, valor destinado à

capacitação de técnicos, recrutamento e formação de recenseadores, testes dos equipamentos digitais e validação dos mecanismos de processamento da informação estatística.

Especialistas em estatística e governação consideram que a insuficiência de financiamento constitui um desafio relevante, tendo em conta que o recenseamento é a principal fonte de informação demográfica e socioeconómica do país. Os resultados servirão de base para a elaboração de políticas públicas nas áreas da educação, saúde, habitação, emprego, infra-estruturas, transportes e ordenamento territorial, além de influenciarem a planificação orçamental do Estado e dos parceiros de cooperação.

O Governo e os parceiros internacionais deverão intensificar os esforços de mobilização de recursos para garantir que o V Recenseamento Geral da Popu-

lação e Habitação decorra dentro dos padrões internacionais de qualidade, assegurando dados fiáveis e actualizados sobre a população moçambicana.

A presidente do INE reafirmou que o Censo Piloto constitui uma etapa indispensável para identificar eventuais falhas operacionais antes da operação nacional de 2027, permitindo aperfeiçoar metodologias e assegurar maior rigor estatístico.

Com pouco tempo para completar o financiamento em falta, o sucesso do V Recenseamento dependerá não apenas da capacidade técnica do INE, mas também do compromisso financeiro do Estado e dos seus parceiros, numa operação considerada fundamental para o futuro do planeamento e do desenvolvimento de Moçambique.

ENQUANTO COMUNIDADES VIZINHAS CONTINUAM NA MISÉRIA

Carga Chinesa rebenta Porto de Quelimane



POR DÁVIO DAVID

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290

As empresas mineradoras de capital chinês, que exploram minerais críticos na província da Zambézia, continuam a facturar milhões de dólares mensalmente em detrimento das comunidades locais que continuam entregues à sua sorte, para além da miséria que assola muitas famílias, agora, as mesmas são expostas a incidentes portuários como os que estão a acontecer frequentemente no Porto de Quelimane.

São cerca de 48 mil toneladas de minerais críticos que têm entrado diariamente no Porto de Quelimane, com destino à China, nos últimos dois meses.

Contudo o impacto social visível desta exploração mineira não está a beneficiar nem de longe, às comunidades locais, ao que parece, nas finanças públicas das autoridades municipais, em termos de cobrança de impostos.

Outrossim, as próprias infraestruturas ferro portuárias de Quelimane em particular começam a sentir o efeito negativo do manuseamento da elevada quantidade de carga.

Segundo relatos que nos chegam de Quelimane, já é segunda vez, neste ano que ocorrem incidentes no Porto de Quelimane, devido ao manuseamento de excesso de cargas para exportação.

De acordo com o deputado parlamentar José Lobo, do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), a primeira vez, a carga era tão pesada que afundou no mar, agora, na semana passada, houve desabamento de uma estrutura dentro do porto de Quelimane.

Lobo explica que foi solicitado pelos próprios vizinhos do Porto de Quelimane para que no âmbito da sua função fiscalizadora ver in loco, o cenário de vulnerabilidade com que a área adjacente ao Porto de Quelimane, um bairro residencial ficou, após o incidente.

Em conferência de imprensa, Lobo explicou que o Porto de Quelimane, tem nos últimos tempos, há sensivelmente dois meses, estado a receber, grandes quantidades de minerais críticos, proveniente das Localidades de Murrúa



e Muiane dos Distritos de Mulevala e Gilé”.

O parlamentar conta ainda que no terreno, de acordo com informação obtidas pelo representante dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), o Porto recebeu 48.000 toneladas, daqueles minerais críticos que valem fortuna no mercado internacional.

“Ao entrar a Primeira Remessa no Porto, uma parte da estrutura Portuária cedeu, criando ruptura, afectando de sobremaneira, as habitações das populações circunvizinhas, que assustadas pelo incidente que ocorreu durante madrugada, refugiaram-se, para locais seguro”, disse José Lobo.

MISÉRIA E PENÚRIA

O mais grave, segundo, o nosso interlocutor, é a miséria e penúria com que vivem as comunidades vizinhas dessas minas.

“No local onde extraem o mineiro em Murrúa e Gilé, as Populações enfrentam pobreza extrema, não há registos de qualquer cenário de desenvolvimento, as comunidades continuam sem infra-estruturas públicas, como: estradas, escolas, indústrias, habitação condigna e mecanização da Agricultura”, explicou ainda Lobo.

Segundo dados tornados públicos, diariamente entram na Cidade de Quelimane, em direcção ao Porto, cerca de 60 camiões, pertencentes as Empresas de capital

chinês, particularmente, a Indo Africa e Madeira ZIYU LDA que transportam mineiros críticos para o Porto de Quelimane, aguardando para o seu embarque.

Até o fecho da edição, tentamos sem sucesso ouvir as autoridades do Porto de Quelimane, pelo prometemos trazer novos desenvolvimentos desta matéria, nas próximas edições.

LÍDERES DE MURRUA DETIDOS POR "EXIGIR DINHEIRO" DAS COMUNIDADES

Dois líderes comunitários da localidade de Murrúa, na província de Zambézia, Vasco Minha Vida e Fernando Inquiva, foram detidos, recentemente pelas autoridades policiais da cidade de Quelimane, até então, por motivos desconhecidos, oficialmente.

Segundo uma reportagem da TV Sucesso, ambos foram solicitados a comparecer na Cidade de Quelimane para participarem de uma audição, com a Comissão de Queixas, Petições e Reclamações da Assembleia da República.

Ao que tudo indica, a detenção, pode ter a ver com o rol de denúncias que os dois líderes comunitários têm vindo a fazer junto do governo central, em relação a exigências nas compensações sociais pela exploração de recursos minerais naquela parcela do país, em representação das comunidades locais.

De acordo com o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SER-NIC) em Quelimane, citado pela TV Sucesso, a instituição já tem conhecimento deste caso e prometeu se pronunciar brevemente.

Em declarações à TV Sucesso, Minha Vida disse num passado recente, que os líderes já vinham sendo ameaçados por exigir o pagamento de um cheque, alegadamente das mineradoras, pago há oito anos, contudo, segundo ele até hoje, o dinheiro não foi desembolsado às comunidades que continuam privadas de usufruir vários serviços sociais básicos, como escola, hospital, estradas, habitação condigna, entre outros.

“Não é chantagem, mas é exigência de um direito que temos, 8 anos que o cheque foi emitido para o benefício da comunidade, mas continua retido no banco ou no governo. Se estivesse na mão de uma pessoa singular, já estaria presa, porque se está no banco, está gerar juros. Já escrevemos para o Presidente da República, para Assembleia da República, para o Primeiro Ministro e para a Ministra das Finanças, mas até hoje, não há resposta”, lamentou Vasco Minha Vida à TV Sucesso, na altura.

MOBILIDADE SOB PRESSÃO

Municípios admitem insustentabilidade dos subsídios aos transportadores após subida do preço dos combustíveis



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



de financeira do modelo levou os participantes a defenderem uma revisão dos mecanismos de apoio, procurando soluções que assegurem maior equilíbrio entre a protecção dos passageiros e a capacidade financeira das instituições públicas.

Neste contexto, ficou deliberado que, nos próximos dias, equipas técnicas dos municípios irão desenvolver estudos para elaborar uma proposta sustentável que permita garantir a continuidade do transporte público sem comprometer as finanças do sistema de compensação.

Especialistas em mobilidade urbana defendem que o debate ultrapassa a simples questão dos subsídios, exigindo igualmente investimentos na modernização da frota, melhoria da gestão do transporte metropolitano, diversificação das fontes de financiamento e adopção de políticas públicas capazes de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

A II Sessão Extraordinária do Conselho Metropolitano de Transportes decorre numa altura em que o transporte semi-colectivo continua a ser o principal meio de deslocação de milhares de cidadãos da Área Metropolitana de Maputo, tornando urgente a adopção de medidas que conciliem sustentabilidade financeira, qualidade do serviço e protecção do poder de compra dos passageiros.



O impacto da recente subida dos preços dos combustíveis sobre o transporte colectivo de passageiros na Área Metropolitana de Maputo voltou a dominar o debate entre os municípios da região, que reconhecem que o actual modelo de compensação financeira aos operadores enfrenta sérios desafios de sustentabilidade. A conclusão foi apresentada durante a II Sessão Extraordinária do Conselho Metropolitano de Transportes de Maputo, realizada sob a presidência do Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Matola, Júlio Parruque, na qualidade de Presidente daquele órgão metropolitano.

A reunião juntou representantes dos municípios que integram o Conselho Metropolitano de Transportes de Maputo, nomeadamente as cidades de Maputo e Matola e as vilas de Boane, Matola-Rio, Namaacha e Marracuene, com o objectivo

de avaliar os principais constrangimentos que afectam o sistema de transporte público de passageiros e identificar soluções que garantam a continuidade do serviço sem agravar o custo de vida da população.

Entre os assuntos centrais da agenda esteve a análise dos efeitos da subida dos preços dos combustíveis sobre a actividade dos transportadores. Os participantes reconheceram que o aumento dos custos operacionais representa uma ameaça à estabilidade do sector, uma vez que os operadores enfrentam maiores despesas com abastecimento, manutenção das viaturas e aquisição de peças, factores que comprometem a rentabilidade da actividade.

Embora o sistema de subsídios de compensação tenha permitido minimizar os impactos imediatos da escalada dos preços dos combustíveis, os municípios reconheceram que o actual modelo começa a revelar sinais de esgotamento financeiro. Dados apresentados durante a sessão indicam que, apenas nos últimos dois meses, foram desembolsados mais de 238 milhões de meticais para compensar os transportadores regularmente inscritos no programa.

O valor evidencia o elevado esforço financeiro que tem sido suportado pelas entidades públicas para evitar que os operadores transfiram integralmente os custos para os passageiros através do aumento das tarifas. Contudo, a situação torna-se cada vez mais preocupante devido ao crescimento contínuo do número de transportadores que solicitam adesão ao mecanismo de compensação.

Durante o debate, os membros do Conselho Metropolitano consideraram que a tendência de aumento das inscrições, aliada à evolução dos preços dos combustíveis, poderá tornar inviável a manutenção do actual sistema caso não sejam introduzidas reformas estruturais. O reconhecimento da insustentabilidade

As decisões técnicas que vierem a ser produzidas poderão influenciar a futura política de financiamento do transporte urbano na região metropolitana, num momento em que o aumento dos custos de operação continua a colocar pressão sobre operadores, municípios e utentes.

Novo Governador de Gaza toma posse hoje



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



O impacto da recente subida dos preços dos combustíveis sobre o transporte colectivo de passageiros na Área Metropolitana de Maputo voltou a dominar o debate entre os municípios da região, que reconhecem que o actual modelo de compensação financeira aos operadores enfrenta sérios desafios de sustentabilidade. A conclusão foi apresentada durante a II Sessão Extraordinária do Conselho Metropolitano de Transportes de Maputo, realizada sob a presidência do Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Matola, Júlio Parrique, na qualidade de Presidente daquele órgão metropolitano.

A reunião juntou representantes dos municípios que integram o Conselho



Metropolitano de Transportes de Maputo, nomeadamente as cidades de Maputo e Matola e as vilas de Boane, Matola-Rio, Namaacha e Marracuene, com o objectivo de avaliar os principais constrangimentos que afectam o sistema de transporte público de passageiros e identificar soluções que garantam a continuidade

Embora o sistema de subsídios de compensação tenha permitido minimizar os impactos imediatos da escalada dos preços dos combustíveis, os municípios reconheceram que o actual modelo começa a revelar sinais de esgotamento financeiro. Dados apresentados durante a sessão indicam que, apenas nos

do serviço sem agravar o custo de vida da população.

Entre os assuntos centrais da agenda esteve a análise dos efeitos da subida dos preços dos combustíveis sobre a actividade dos transportadores. Os participantes reconheceram que o aumento dos custos operacionais representa uma ameaça à estabilidade do sector, uma vez que os operadores enfrentam maiores despesas com abastecimento, manutenção das viaturas e aquisição de peças, factores que comprometem a rentabilidade da actividade.

últimos dois meses, foram desembolsados mais de 238 milhões de meticais para compensar os transportadores regularmente inscritos no programa.

O valor evidencia o elevado esforço financeiro que tem sido suportado pelas entidades públicas para evitar que os operadores transfiram integralmente os custos para os passageiros através do aumento das tarifas. Contudo, a situação torna-se cada vez mais preocupante devido ao crescimento contínuo do número de transportadores que solicitam adesão ao mecanismo de compensação.

Durante o debate, os membros do Conselho Metropolitano consideraram que a tendência de aumento das inscrições, aliada à evolução dos preços dos combustíveis, poderá tornar inviável a manutenção do actual sistema caso não sejam introduzidas reformas estruturais. O reconhecimento da insustentabilidade financeira do modelo levou os participantes a defenderem uma revisão dos mecanismos de apoio, procurando soluções que assegurem maior equilíbrio entre a protecção dos passageiros e a capacidade financeira das instituições públicas.

Neste contexto, ficou deliberado que, nos próximos dias, equipas técnicas dos municípios irão desenvolver estudos para elaborar uma proposta sustentável que permita garantir a continuidade do transporte público sem comprometer as finanças do sistema de compensação.

Especialistas em mobilidade urbana defendem que o debate ultrapassa a simples questão dos subsídios, exigindo igualmente investimentos na modernização da frota, melhoria da gestão do transporte metropolitano, diversificação das fontes de financiamento e adopção de políticas públicas capazes de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

A II Sessão Extraordinária do Conselho Metropolitano de Transportes decorre numa altura em que o transporte semi-colectivo continua a ser o principal meio de deslocação de milhares de cidadãos da Área Metropolitana de Maputo, tornando urgente a adopção de medidas que conciliem sustentabilidade financeira, qualidade do serviço e protecção do poder de compra dos passageiros.

As decisões técnicas que vierem a ser produzidas poderão influenciar a futura política de financiamento do transporte urbano na região metropolitana, num momento em que o aumento dos custos de operação continua a colocar pressão sobre operadores, municípios e utentes.

CHAPO DEFENDE VIAGENS PRESIDENCIAIS EM INFRAESTRUTURAS DE SAÚDE

Centro Cirúrgico Nacional prova resultados concretos da diplomacia económica



POR ÂNGELO MANHENGUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



O Presidente da República, Daniel Chapo, defendeu esta segunda-feira a importância das deslocações e viagens oficiais que tem realizado desde a sua investidura, afirmando que estas representam um instrumento essencial para mobilizar investimentos, fortalecer parcerias internacionais e impulsionar projectos estruturantes para o desenvolvimento de Moçambique.

A declaração foi proferida durante a cerimónia de lançamento da primeira pedra para a construção do futuro Centro Cirúrgico Nacional, uma infraestrutura estratégica que será implantada no recinto do Hospital Central de Maputo, numa área de quase dois hectares, e cuja conclusão está prevista para os próximos dois anos.

Respondendo às críticas que têm sido dirigidas à frequência das suas deslocações oficiais, o Chefe do Estado recorreu a uma analogia para justificar a sua actuação.

“Nenhum pai pode trazer co-

mida para casa sem sair de casa.”

A afirmação surge num contexto em que sectores da sociedade têm questionado a intensidade das viagens presidenciais, enquanto o Governo sustenta que essas deslocações têm permitido consolidar relações diplomáticas, captar investimentos externos e assegurar cooperação internacional em sectores considerados prioritários, como saúde, educação, agricultura e infra-estruturas.

Durante o acto, Daniel Chapo considerou que o lançamento do Centro Cirúrgico Nacional constitui uma demonstração prática de que os contactos internacionais estabelecidos pelo Estado moçambicano produzem resultados concretos para o país.

Segundo o Presidente da República, a nova unidade hospitalar permitirá reforçar significativamente a capacidade do Sistema Nacional de Saúde, aumentando o número de intervenções cirúrgicas realizadas em território nacional e reduzindo a necessidade de encaminhamento de pacientes para o exterior ou para unidades sobrecarregadas.

O estadista sublinhou que o investimento representa um passo importante na valorização da vida dos

cidadãos, dos profissionais de saúde e da soberania sanitária nacional.

“Lançamos hoje a primeira pedra para a construção do Centro Cirúrgico Nacional, uma infraestrutura que reforçará a capacidade do Sistema Nacional de Saúde, permitindo que mais moçambicanos tenham acesso a cuidados cirúrgicos especializados no nosso país. Este investimento representa mais um passo na valorização da vida, dos profissionais de saúde e da soberania sanitária nacional”, declarou.

De acordo com as informações apresentadas durante a cerimónia, o futuro Centro Cirúrgico Nacional ocupará uma área de aproximadamente dois hectares e estará equipado para realizar diferentes procedimentos cirúrgicos especializados que actualmente não são executados no país, contribuindo para a modernização dos serviços hospitalares e para o fortalecimento da resposta clínica nacional.

A infraestrutura deverá igualmente reduzir a pressão sobre os hospitais de referência, melhorar o acesso da população a tratamentos especializados e elevar a capacidade técnica do sector da saúde, através da introdu-

ção de novos equipamentos, tecnologia, médica e formação especializada.

O projecto resulta da cooperação entre Moçambique e a República Popular da China, parceria que o Governo considera estratégica para o desenvolvimento das infraestruturas públicas e para a consolidação do sistema nacional de saúde.

O analista político Armando Machel entrevistado pelo Jornal visão Moçambique, entende que o lançamento desta obra reforça a narrativa do Executivo de que a diplomacia presidencial deve ser avaliada pelos resultados alcançados e não apenas pelo número de deslocações realizadas. Para o Governo, a materialização de investimentos estruturantes constitui um indicador da eficácia da política externa orientada para o desenvolvimento económico e social.

Com previsão de conclusão em dois anos, o Centro Cirúrgico Nacional é apontado como uma das maiores apostas do Executivo para reforçar a capacidade cirúrgica do país, reduzir listas de espera e garantir que um número crescente de moçambicanos tenha acesso a cuidados de saúde especializados sem necessidade de recorrer a serviços fora das fronteiras nacionais.

Retoma ao Subsídio Social Básico e acordos laborais reforçam protecção de famílias trabalhadores



POR REDACÇÃO

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



A retoma do pagamento do Subsídio Social Básico, a assistência a mais de meio milhão de agregados familiares e a preservação de postos de trabalho através da mediação laboral figuram entre os principais resultados alcançados pelo sector do Trabalho, Género e Acção Social no primeiro semestre de 2026.

Os dados foram apresentados durante a II Sessão do Conselho Coordenador do Ministério do Trabalho, Género e Acção Social, que decorre em Chidenguele, distrito de Mandlakaze, província de Gaza, e reúne dirigentes do sector de todo o país para avaliar o desempenho do primeiro semestre, identificar desafios e definir prioridades para o próximo período.

Durante a abertura, a titular do pelouro, Ivete Alane, defendeu que o desempenho do sector deve ser avaliado pela qualidade dos serviços prestados,



pela rapidez da resposta ao cidadão, pela regularidade dos subsídios, pela preservação do emprego e pelo impacto concreto das políticas públicas na vida da população, e não apenas pelo número de reuniões ou actividades realizadas.

Apesar dos resultados encorajadores, o encontro deverá também identificar fragilidades, reforçar a articulação entre as instituições e assumir compromissos concretos para melhorar a prestação de serviços e aproximar as políticas públicas das necessidades reais dos cidadãos.

A sessão reúne quadros do Ministério provenientes de todas as províncias, representantes do sector no exterior e parceiros sociais e de cooperação. O encontro decorre sob o lema “Promovendo o trabalho digno, a igualdade de género e a protecção social”.

PARA DISCUTIR FUTURO DA INDÚSTRIA DE GOLFE NO CONTINENTE

Vilankulo acolhe cimeira africana de Golf



POR DÁVIO DAVID

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290

A capital do turismo nacional, cidade de Vilankulo, na província de Inhambane vai acolher em Novembro próximo, a cimeira africana de golfe para discutir o futuro do desporto e de toda cadeia da sua indústria no continente. A boa nova foi comunicada nesta quarta-feira, em Maputo pelo Presidente da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Indústria de Golfe (AMOGOLFE), Danilo Nhantumbo.

Segundo Nhantumbo, a organização da cimeira africana de golfe, em Vilankulo, surge em harmonia com a recente decisão do Conselho de Ministros de 4 de Agosto, sobre a aprovação da Primeira Zona Especial para o Turismo de Golfe da Província de Inhambane.

A AMOGOLFE realiza nos dias 7 e 8 de Novembro, o Golf Summit, em Inhambane, que prevê juntar a cadeia de indústria do Golfe africano para discutir seu futuro.

Nesse contexto, Danilo Nhantumbo destaca que o país torna-se pioneiro a nível mundial, na aprovação de Zonas Especiais para prática do golfe, uma decisão visionária para economia nacional, visto que o golfe mais do que um simples desporto, também é um passaporte para o mundo.

Para agremiação que temos vindo a citar, essa decisão do governo através do Concelho de Ministros de aprovar a província de Inhambane como a primeira Zona Especial para o Turismo de Golfe é histórica, porque é pela primeira vez desde a proclamação da independência nacional que um Conselho de Ministros se reuni para analisar, discutir e por fim aprovar um instrumento jurídico que posiciona uma parcela do território nacional como zona Especial para promoção o da indústria de golfe.

AMOGOLFE saúda o governo por transformar o conceito do golfe em política pública daí que como associação pretendem criar bases para criação da Federação Moçambicana de Golfe, construção de mais campos de golfe pelo país, o que vai dinamizar a criação dos respectivos clubes, pois entende-se ainda que o golfe mais do que um desporto é um instrumento de inclusão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) através da sua vasta cadeia de indústria.



CRISE FINANCEIRA AMEAÇA FUNCIONAMENTO DAS AUTARQUIAS:

Municípios denunciam colapso financeiro e exigem revisão do modelo de financiamento das autarquias



POR ÂNGELO MANHENGUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



A Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM) alertou para uma situação que considera crítica nas autarquias do país, afirmando que diversos municípios enfrentam sérias dificuldades para assegurar o seu funcionamento devido ao atraso na transferência de fundos do Estado e à insuficiência das receitas próprias.

O alerta foi lançado pelo porta-voz da ANAMM, Arlindo Cesário Ngozo, durante a sessão extraordinária do Conselho Nacional da associação, realizada na cidade de Maputo. Na ocasião, o responsável afirmou que muitos municípios estão a operar “a meio gás”, uma vez que os recursos financeiros chegam com grande atraso, comprometendo a execução dos programas de governação local e a prestação de serviços essenciais às populações.

Segundo Ngozo, a demora nas transferências fiscais constitui um dos

principais obstáculos ao processo de descentralização administrativa, defendido pelo Estado moçambicano como instrumento de aproximação dos serviços públicos aos cidadãos. O porta-voz sustentou que, sem recursos financeiros previsíveis e suficientes, os municípios tornam-se incapazes de cumprir as suas responsabilidades legais.

Durante a intervenção, Ngozo manifestou igualmente a oposição da ANAMM à proposta relacionada com a definição de um limite territorial para a gestão municipal, anunciando que a associação pretende submeter à Assembleia da República uma proposta de revisão da legislação aplicável. Na sua perspectiva, o actual modelo não responde às exigências da descentralização nem às necessidades concretas das autarquias.

O dirigente explicou que os municípios continuam a efectuar um balanço das transferências fiscais destinadas ao funcionamento das autarquias, sublinhando que a realidade demonstra profundas desigualdades entre os municípios, sobretudo os classifica-

dos nas categorias C e D, considerados os mais vulneráveis financeiramente.

Como exemplo das dificuldades enfrentadas, Ngozo referiu o Município do Ibo, cuja arrecadação mensal ronda cerca de 50 mil meticais, enquanto a folha salarial varia entre um e dois milhões de meticais, tornando impossível assegurar o pagamento dos funcionários e das despesas correntes. Situação semelhante ocorre no Município de Sussundenga, onde, segundo explicou, a receita arrecadada é muito inferior aos encargos salariais, estimados em cerca de dois milhões de meticais.

Para a ANAMM, estes casos ilustram um problema estrutural que ameaça a sustentabilidade financeira das autarquias e compromete a capacidade de prestação de serviços públicos essenciais às populações locais.

O porta-voz apelou à intervenção urgente das instâncias superiores do Estado para desbloquear a situação, defendendo a adopção de mecanismos que garantam maior

regularidade nas transferências financeiras e um modelo de financiamento mais justo para os municípios.

Analistas consideram que o debate levanta questões relevantes sobre a eficácia do processo de descentralização em Moçambique. Embora as autarquias tenham recebido maiores competências administrativas nos últimos anos, a autonomia financeira continua limitada, tornando muitos municípios excessivamente dependentes das transferências do Orçamento do Estado.

A situação poderá voltar a dominar a agenda política nas próximas sessões parlamentares, sobretudo se a Assembleia da República vier a apreciar propostas de revisão do actual quadro legal do financiamento autárquico. Enquanto isso, os municípios alertam que a continuidade dos atrasos poderá agravar ainda mais a prestação de serviços públicos, afectar projectos de desenvolvimento local e comprometer o funcionamento normal das instituições municipais.

DESEMPENHO DO EXECUTIVO:

Yá-qub Sibindy questiona avaliação dos ministros



POR ÂNGELO MANHENGUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290

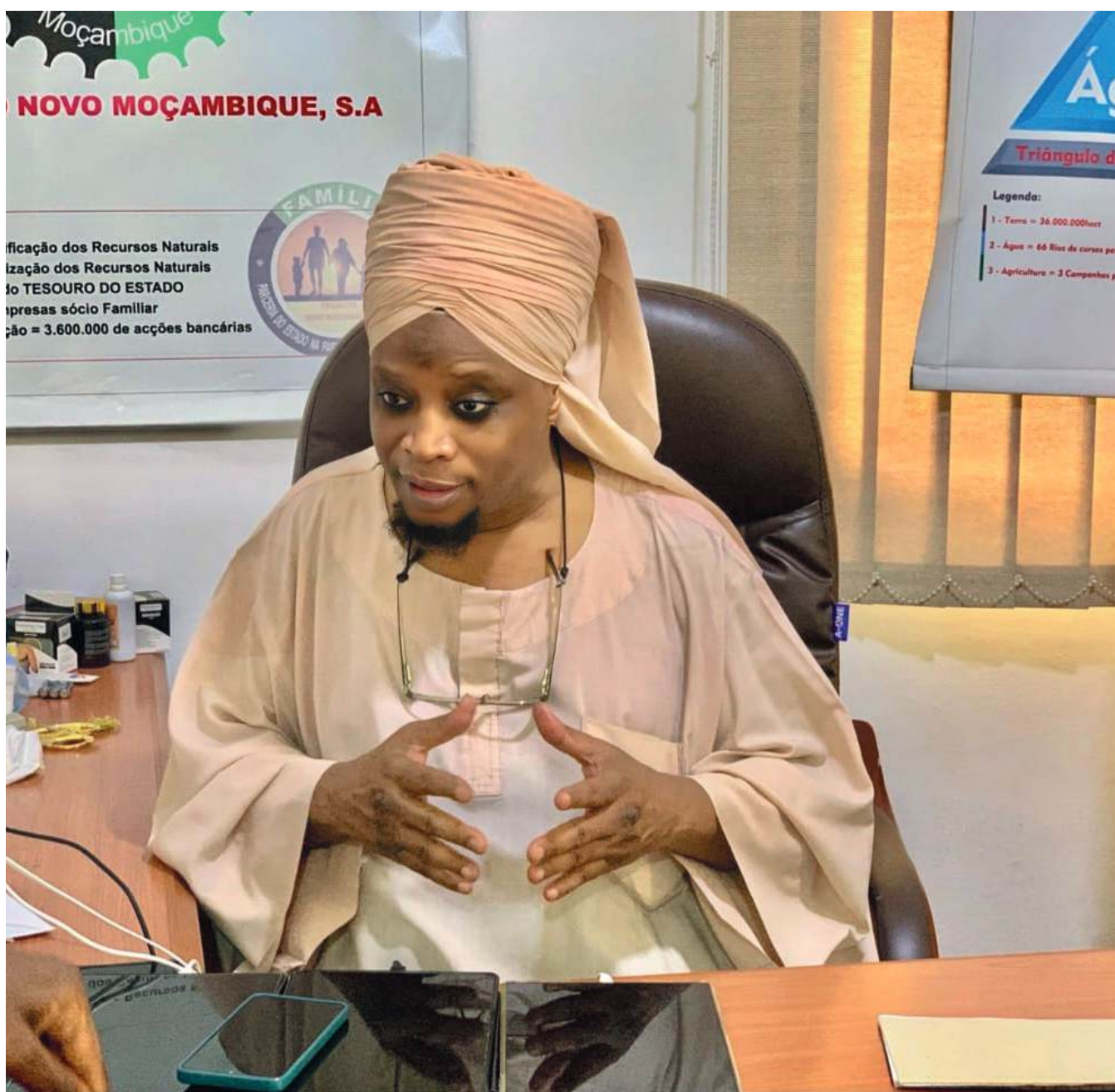
O Presidente do Partido Independente de Moçambique (PIMO), Yá-qub Sibindy, considera existir um “vazio institucional” derivado a enexistencia de Um Júri da Nação,

no modelo de avaliação do desempenho governativo, defendendo que o actual sistema de monitoria dos contratos-programa dos ministros carece de maior transparência, independência e credibilidade pública.

As declarações surgem na sequência de um debate público sobre o acompanhamento dos compromissos assumidos pelos membros do Governo, tendo como referência uma notícia publicada pelo jornal Dossiê e Factos. Para Sibindy, a avaliação conduzida exclusivamente pelo Chefe do Estado e do Governo levanta dúvidas quanto à imparcialidade do processo.

Recorrendo a analogias, o líder do PIMO afirma que “não há credibilidade para um jogo cujo árbitro é o próprio presidente da federação” e acrescenta que “não é credível um julgamento em que o juiz da causa seja a própria pessoa envolvida”. Na sua perspectiva, um partido no poder não deve ser o único responsável por avaliar o desempenho dos seus próprios governantes, sobretudo quando o escrutínio diz respeito ao cumprimento de metas de interesse nacional.

Segundo Sibindy, os ministros exercem funções públicas e administram recursos pertencentes ao Estado, razão pela qual os mecanismos de fiscalização e avaliação devem ser suficientemente transparentes para permitir o acompanhamento por parte dos cidadãos. O dirigente sustenta ainda que, numa democracia moderna, os ins-



trumentos de gestão pública devem estar acessíveis ao escrutínio da sociedade.

Entre as principais questões levantadas pelo presidente do PIMO está a falta de conhecimento público sobre o conteúdo dos contratos-programa assinados entre o Presidente da República, Daniel Chapo, e cada um dos ministros do seu Executivo. Para o político, a divulgação desses compromissos permitiria aos moçambicanos acompanhar, de forma objectiva, o grau de cumprimento das metas estabelecidas para cada sector governativo.

“O povo deve conhecer quais são

os objectivos definidos para cada ministro e quais os indicadores utilizados para medir o seu desempenho”, defende Sibindy, argumentando que a transparência fortalece a confiança nas instituições e reduz dúvidas sobre os processos internos de governação.

No entendimento do líder do PIMO, a composição do Governo baseada predominantemente na confiança política também limita a percepção pública sobre a existência de critérios estritamente meritocráticos na avaliação dos governantes. Por isso, considera que processos de auto-avaliação realizados sem participação independente dificilmente conquistam legitimidade perante a opinião pública.

Como alternativa, o PIMO anunciou, através das suas plataformas oficiais nas redes sociais, uma proposta destinada ao Chefe do Estado para a criação de uma entidade independente, designada pelo partido como um eventual “Júri da Nação”. Segundo Sibindy, este organismo teria como missão

analisar, emitir pareceres e contribuir para a avaliação do cumprimento dos contratos-programa dos ministros, funcionando como um mecanismo complementar de fiscalização pública.

Na visão do dirigente, uma instituição desta natureza reforçaria a credibilidade das decisões governativas, permitiria maior participação da sociedade e contribuiria para consolidar uma cultura de prestação de contas, em consonância com os princípios de boa governação e transparência administrativa.

O debate em torno da avaliação do desempenho governamental continua a ganhar espaço no cenário político nacional, num contexto em que cresce a exigência por mecanismos mais robustos de responsabilização, divulgação de resultados e participação cidadã na fiscalização da gestão pública.

Até ao momento, não foi tomada pública qualquer posição oficial da Presidência da República relativamente às propostas apresentadas pelo presidente do PIMO.

